UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUANA MURYEL VIEIRA

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA COVID-19 ENTRE AS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS E NÃO SUSTENTÁVEIS – UM RETRATO COMPARATIVO

> UBERLÂNDIA AGOSTO DE 2022

LUANA MURYEL VIEIRA

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA COVID-19 ENTRE AS EMPRESAS SUSTENTÁVEIS E NÃO SUSTENTÁVEIS – UM RETRATO COMPARATIVO

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Neirilaine Silva de Almeida

UBERLÂNDIA AGOSTO DE 2022

RESUMO

Em 2020, o mundo se viu ameaçado pela pandemia do novo corona vírus e empresas se encontraram em um momento de incerteza e recessão devido às medidas impostas para conter o avanço da doença. Diante desse cenário, esse estudo teve como objetivo verificar os impactos decorrentes da crise sanitária nas empresas que estão listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e nas entidades que não estão. Foi realizada uma pesquisa descritiva e quantitativa de caráter documental, contemplando o período pré-crise e crise de companhias listadas na B3 em seis setores distintos. Utilizou-se testes de médias para identificar as diferenças entre as empresas listadas no ISE e as não listadas. Os achados apontam que, ao contrário do esperado, o desempenho médio das empresas listadas no ISE não foi superior ao das entidades não listadas. Esses resultados são relevantes pois indicam que a certificação de uma entidade no ISE não, necessariamente, implica em um maior desempenho. Assim, é pertinente que os investidores e demais *stakeholders* avaliem as práticas de sustentabilidade com maior cuidado para a tomada de decisão sobre investimentos.

Palavras-chave: ISE. Pandemia. Desempenho econômico.

ABSTRACT

In 2020, the world was threatened by the pandemic of the new coronavirus and companies entered a great moment of uncertainty and recession due to the measures imposed to contain the spread of the disease. Given this scenario, this study aims to verify, analyze and compare the impacts resulting from this health crisis on companies that are listed in the Corporate Sustainability Index (ISE) and entities that are not. This research is descriptive and quantitative, of a documentary nature, and includes the pre-crisis and crisis periods of companies listed on the B3 in six different sectors. Mean tests were used to identify the differences between companies listed on the ISE and those not listed. The findings indicate that, contrary to expectations, the average performance of companies listed on the ISE was not higher than that of unlisted entities. These results are relevant because they indicate that listing an entity on the ISE does not necessarily imply higher performance. Thus, it is pertinent that investors and other stakeholders evaluate sustainability practices with greater care when making investment decisions.

Keywords: ISE. Pandemic. Economic performance.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
	REFERENCIAL TEÓRICO	
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
4	ANÁLISE DOS DADOS	7
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
6	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Conhecidas por se espalharem de forma rápida, as pandemias acometem uma grande quantidade de indivíduos, gerando consequências diversas, como mudança de hábitos sociais na população devido novas regras e prevenções que são impostas de forma involuntária, com objetivo de tentar conter o avanço de doenças (INSTITUTO BUTANTÃ, 2020).

Braun (2020) descreve que a epidemia da COVID-19 que eclodiu em Wuhan, China, em dezembro de 2019 e se espalhou rapidamente por todo o mundo, sendo reconhecida como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. No Brasil, o primeiro caso positivo foi anunciado em 26 de fevereiro de 2020, sendo um homem morador de São Paulo.

Guarner (2020) evidencia que não se trata do primeiro surto de corona vírus no mundo ao se tratar do espaço temporal do século XXI. Logo, evidencia outros dois casos desse tipo de vírus que avançaram pelo mundo, sendo eles: (1) SARS-CoV – causador da SARS, onde o surto inicial ocorreu na cidade de Guangdong situada na China e alastrou-se para diversos países e (2) MERS-CoV – causador da MERS, que teve a primeira constatação no Oriente Médio no ano de 2012, com sintomas geralmente inespecíficos (mas com muitos pacientes apresentando síndrome respiratória aguda grave).

Ao contrário dos dois casos de corona vírus citados anteriormente (SARS-CoV e MERS-CoV), o SARS-CoV-2, como evidencia Hussan *et al.* (2021), mostrou-se ter uma probabilidade de ocasionar implicações bem mais drásticas em relação as expectativas econômicas em diversas empresas ao redor do mundo.

Nesse sentido, o enfrentamento à COVID-19 não é entendido apenas como uma ação sanitária, mas também econômica. As modificações ocasionadas pelas restrições, necessárias na pandemia, induziu questionamentos sobre a maneira que as relações sociais, econômicas e ambientais estavam sendo realizadas. As implicações provocadas pela COVID-19 sobre o âmbito gerencial são imensas (SEETHARAMAN, 2020).

Nesse contexto, a contenção da pandemia, na rotina da globalização, tornou-se pauta das deliberações sobre ser ou não o momento de reestruturar a sociedade como se conhece. Toda a sociedade luta para adaptar-se a este novo estilo de vida repleto de restrições, e da mesma maneira as organizações deverão adaptar-se e inovar para sobreviver a esta crise (SEETHARAMAN, 2020).

Como demonstra Serpa e Fourneau (2007) a ideia sobre a adoção da responsabilidade

social por parte das empresas vem sendo bastante disseminada e observa-se que, principalmente nos países mais desenvolvidos, há uma grande cobrança por parte dos consumidores que estão cada vez mais participativos e impositivos. Destaca-se também que as exigências realizadas pela sociedade estão cada vez maiores, sendo elas, legislações e normas comerciais que demandam por proteção ambiental, produtos mais seguros e menos nocivos à natureza, cumprimento de normas éticas e trabalhistas em todos os locais de produção e em toda a cadeia produtiva (KRAEMER, 2005).

A responsabilidade social corporativa, como trata Young (2004), refere-se a importância de praticar e implementar estratégias de sustentabilidade dentro das organizações. Segundo Kraemer (2005), os conceitos que norteiam uma gestão socialmente responsável estão equiparados pela relação ética e transparente com todos os públicos que se relacionam com a empresa para o desenvolvimento do seu negócio e da sociedade, preservando recursos ambientais e humanos para as gerações futuras. Portanto, a aplicação da responsabilidade social corporativa traz consigo vários benefícios para as organizações.

Juntamente com essa preocupação de se obter um crescimento sustentável e a preservação meio ambiente, a B3 cria o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que tem como função demonstrar o desempenho médio das cotações dos ativos de um grupo de empresas que possuem essa certificação devido ao seu comprometimento com a sustentabilidade.

Figueiredo, Abreu e Las Casas (2009) demonstram que o ISE é constituído de acordo com os princípios de sustentabilidade, e as entidades que compõe a carteira são avaliadas segundo as características estabelecidas, o que resulta em um diferencial para as empresas que possuem essa certificação, gerando melhores resultados econômicos e uma melhora na imagem das empresas.

Contrapondo a sustentabilidade empresarial e a COVID-19, os estudos de Oliveira *et al.* (2021) demonstraram que as práticas sustentáveis das entidades que pertencem a carteira ISE podem exercer influência no valor de mercado e reduzir a percepção de risco de *stakeholders*. Além disso, no ano de 2020, ocorreu redução no valor, desempenho e volatilidade das empresas devido a expansão da COVID-19.

Por outro lado, os estudos de Oliveira (2021) evidenciam que as entidades não pertencentes ao ISE, de modo geral, apresentaram um desempenho econômico-financeiro superior durante o período de crise pandêmica quando comparada as empresas sustentáveis.

Devido à abrangência do estudo, delimitou-se o escopo desta investigação em analisar o comportamento das instituições empresariais listadas na Bolsa de Valores (B3) diante do

enfrentamento da COVID-19. Dessa forma, a pesquisa buscou identificar os possíveis impactos econômico-financeiros decorrentes da crise pandêmica da COVID-19. Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa é verificar os impactos econômico-financeiros decorrentes da crise sanitária nas empresas que estão listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e nas entidades que não pertencem à carteira ISE.

A presente pesquisa se justifica devido a necessidade de compreender a influência dos impactos que estão fora de previsão e planejamento das empresas, como a crise sanitária de COVID-19. Também se justifica devido a lacuna de estudos com essa temática, além de auxiliar e identificar possíveis alternativas que ajudarão em momentos de enfrentamento a crises.

Como contribuição, a pesquisa se propôs a discutir as semelhanças e diferenças em relação ao comportamento das instituições empresariais listadas na B3, pertencentes ao ISE e as consideradas não sustentáveis, mediante ao enfrentamento da crise de COVID-19. Além disso, a pesquisa é pertinente por investigar um assunto relevante e atual, onde percebe-se uma lacuna de informações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Salisu e Vo (2020), a necessidade de isolamento social, a ruptura de cadeias de suprimentos, a menor confiança do consumidor, dentre outros eventos associados à pandemia, afetaram as empresas de forma global.

Interligado aos aspectos e a forma que a pandemia afetou o âmbito empresarial, Avelar *et al.* (2021) deixam explícito como a pandemia ocasiona efeitos no setor de negócios. Através do seu estudo, buscaram averiguar os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira das empresas brasileiras e conseguiram constatar perdas no valor de mercado das empresas objeto de estudo, onde notou-se que os impactos não ocorreram de forma simétrica entre os setores e nem entre as empresas. Avelar *et al.* (2021) evidencia ainda alguns efeitos ocasionados pelo estado de calamidade da pandemia que foram reportados no trabalho, sendo que é possível destacar a incerteza nas previsões, a queda da demanda e a inadimplência.

Hassan *et al.* (2020) salientam a preocupação dos gestores frente a postura e as medidas que devem ser implementadas dentro do cenário empresarial para lidar com a pandemia e buscar reduzir os efeitos dentro dos negócios. Pensando nos efeitos negativos acarretados para

o mundo empresarial, Fernandes (2020) retrata sobre a necessidade dos governos de adotarem medidas de subsídios visando, assim, manter empregos e consumo.

Azevedo e Ghebreyesus (2020) destacam que as medidas tomadas para prevenir e controlar a pandemia, além da promoção da saúde pública, devem ser realizadas de forma proporcional e transparente. Assim, os autores salientam que os governos devem repensar suas ações para não enfrentarem momentos de escassez e colocar grupo de minorias em vulnerabilidade.

Interligado a esse fato, em território nacional, medidas governamentais foram instituídas e implementadas. Destaca-se (a) a Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020, posteriormente, convertida na Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; (b) a Emenda Constitucional n.º 106, de 7 de maio de 2020, que instituiu regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia; e (c) o Decreto n.º 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, objetivando a realização de uma operação de mercado para o setor elétrico, estruturada sob a forma de um empréstimo sindicalizado lastreado por ativos tarifários que transitam pela Conta de Desenvolvimento Energético (BRASIL, 2020a; 2020b; 2020c).

Todavia, Heyden e Heyden (2021) evidenciam a existência de diferenças relevantes em relação aos efeitos das políticas fiscais e monetárias sobre os mercados ao redor do mundo. Torna-se relevante destacar que a pandemia ocasiona efeitos nos negócios, assim como as medidas tomadas pelas organizações e governos perante a situação. Assim sendo, Andekina e Rakhmetova (2013) ressaltam que as informações contábeis refletem tanto fatores internos quanto externos às empresas, sendo pertinente usá-las nas análises econômico-financeira, em diversas situações principalmente em momentos de crise.

Conforme apresentado por Nicoleta-Cornelia *et al.* (2012), o interesse da análise econômico-financeira é visualizar a situação da organização e, assim, subsidiar as futuras decisões de alocação de recursos. Corroborando com o que foi apresentado, os estudos de Lee, Lin e Shin (2012) demonstram que as análises devem interpretar os fatores que já ocorreram, ou seja, o passado, a situação atual e o que está por vir, sendo que, dessa forma é possível realizar e traças previsões futuras.

Tratando-se do desenvolvimento sustentável pode se definir como sendo aquele capaz de atender às necessidades atuais, sem comprometer a capacidade de suprir as necessidades das futuras gerações. Portanto, é o desenvolvimento que não exaure os recursos para o futuro (CMMAD, 1991; BARBIERI *et al.*, 2010).

Adotar práticas sustentáveis pode promover benefícios tanto para o meio ambiente como para a própria instituição empresarial, como apontam Calazans e Silva (2016). Os referidos autores buscaram avaliar as organizações que relacionavam a inovação à questão ambiental. Dessa forma, eles reportaram como resultado que as organizações estudadas apresentavam uma visão holística da sustentabilidade nas estratégias de negócio e, assim, conseguiam promover uma melhoria significativa na competitividade, reduzir os custos e proporcionar uma expansão de mercado.

Segundo Edelman Trust Barometer (2020), há uma expectativa por parte dos consumidores de terem informações sobre o impacto da pandemia, demonstrando para a sociedade de que forma os produtos oferecidos pela instituição estão colaborando diante do cenário global para enfrentar a nova realidade. Diante disso, nota-se que as organizações empresariais socialmente responsáveis podem estar sujeitas às punições ocasionadas pelo mercado consumidor, caso notem que as entidades tiveram contradições e cometeram equívocos ao se posicionarem no cenário da pandemia de COVID-19 (HE; HARRIS, 2020; KIRK; RIFKIN, 2020).

Em consoante ao que foi exposto sobre o isolamento social, Zambrana-Monserrate *et al.* (2020) destacam um aumento na produção de resíduos que ocasiona uma transição no consumo sustentável. Além disso, em seu trabalho, os autores destacam outros pontos negativos e os efeitos ocasionados mediante a pandemia da COVID-19, podendo destacar-se a contaminação dos espaços físicos em locais que apresentam um maior grau de desperdício e redução nas atividades de reciclagem.

Sarkis *et al.* (2020) e Zambrano-Monserrate *et al.* (2020) destacam que o estado pandêmico também ocasiona aspectos e consequências ambientais positivas, onde observou-se uma diminuição considerável da poluição atmosférica, em consequência da desaceleração da atividade industrial, o que promove uma melhoria significativa na qualidade do ar.

A respeito da relação entre patrimônio econômico e o meio ambiente, a EcoDebate (2020) reporta reflexos ocasionados pela pandemia da COVID-19. Assim sendo, destaca que a economia segue tendo indicadores baixos pela interrupção de várias indústrias, empresas e do comércio geral. Contudo, no meio ambiente se observam resultados, aparentemente, positivos por tal freio econômico, como os observados em lagos e na qualidade do ar de cidades. Portanto, aponta-se uma relação inversamente proporcional. De forma análoga, a ONU (2020) evidencia que a pandemia da Covid-19 consiste num aviso de como estamos todos interligados e que essa ligação não é somente entre os indivíduos da sociedade, mas também com a natureza.

Diante do que foi exposto, Souza (2020) evidencia que a pandemia provocou diversas

mudanças e, tratando das questões ambientais, destaca diversos problemas existentes, tais como a má gestão, a falha na utilização dos recursos naturais, os princípios econômicos acima dos princípios sustentáveis e a ausência de educação ambiental acompanhada da falta de conscientização. Vale ressaltar que essa preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas não é algo recente, no entanto intensificou-se com a eclosão da pandemia, como demonstra os estudos de Souza (2020).

Nesse âmbito, Nascimento *et al.* (2021) buscaram avaliar a relação da propagação da COVID-19 com o cenário ambiental, destacando que é necessário estabelecer políticas para a preservação ambiental como um todo, assim como não focar somente no lucro, mas sim possuir ações de aproveitamento de recursos naturais de maneira consciente. Isso já se faz necessário após os danos que a pandemia já ocasionou. Nascimento *et al.* (2021) reforça ainda que é necessário elencar e destacar alguns impactos ambientais que persistem neste momento de crise, devido ao cenário ocasionado pela pandemia. Torna-se importante citar: a exploração desordenada de recursos naturais, a produção de resíduos e a sua destinação inadequada. Diante dessas crises ambientais, é necessário criar e colocar em prática as ações de educação ambiental, de modo a conter impactos e promover ações sustentáveis.

No mesmo sentido, Sauvé (2016) e Reigota (2017) apontam o quanto é fundamental o desenvolvimento de uma Educação Ambiental voltada para o relacionamento saudável e de respeito entre o ser humano e o meio ambiente. Além disso, destacam que a Educação Ambiental deve ser um processo a ser conduzido de forma constante. De acordo com Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002), as questões de responsabilidade socioambiental por partes das empresas devem ser permanentes, de forma que os resultados obtidos passam a ser dependentes das decisões empresariais, o crescimento seja sustentável e haja a valorização de práticas sustentáveis.

Analogamente, torna-se importante destacar que o fomento da globalização e o sistema capitalista estão interligados à extração e ao consumo de matéria prima advindas da natureza. Assim sendo, a utilização desses recursos naturais necessita estar interligada com a sustentabilidade (MINAYO; MIRANDA, 2002).

Por fim, Gupta *et al.* (2020) especificam as demandas e lacunas de pesquisa referentes ao COVID-19, apontando a importância e a necessidade para entender a interface humana e ambiental. Desse modo, a presente pesquisa se justifica por abordar uma tão latente e relevante para a sociedade.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como principal finalidade a descrição das características de uma população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre variáveis. De acordo com Prodonov e Freitas (2013), as pesquisas quantitativas são traduções em números referentes a informações e opiniões, de forma que seja possível efetuar análises e classificações. Em outras palavras, elas "consideram que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las" (PRODANOV E FREITAS, 2013, p.69).

Em termos metodológicos, este estudo foi descritivo e quantitativo, uma vez que o objetivo envolveu identificar a existência de semelhanças e diferenças entre os impactos da COVID-19 nas empresas listadas no ISE e as não listadas. Sendo assim, esta pesquisa possuiu caráter documental, tendo como base de coleta os dados dos relatórios sustentáveis, as demonstrações contábeis, as notas explicativas e o relatório da administração das empresas listadas na B3.

A amostra da pesquisa foi composta pelas empresas brasileiras de capital aberto de seis setores e a classificação se deu em dois grupos, sendo esses: o grupo de empresas pertencentes ao ISE e o grupo de companhias que não estão listadas nesse índice. Além disso, o período de análise compreendeu dois anos antes da pandemia e dois anos durante, ou seja, o período amostral foi de 2018 a 2021.

O desempenho econômico das entidades foi obtido através dos dados da Plataforma Economática. Os indicadores avaliados referem-se à: liquidez geral, endividamento, ROA, ROE e valor de mercado.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e realização de testes de médias, de modo a identificar a diferença entre as empresas listadas no ISE e as empresas não listadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A liquidez geral é um dos indicadores utilizados para verificar a capacidade que uma entidade tem para honrar com os seus compromissos de curto e longo prazo. Além disso é uma

ferramenta importante para o planejamento de investidores, auxiliando em quais empresas investir. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta a liquidez média das empresas de seis setores.

Tabela 1 – Liquidez Geral

	2018		2019		2020		2021	
	ISE	ISE Não ISE		ISE Não ISE		ISE Não ISE		Não ISE
Bens industriais	0,77	1,14	0,79	1,14	0,84	1,15	0,86	1,13
Consumo cíclico	1,26	1,83	1,21	1,79	1,06	1,71	1,01	1,52
Consumo não cíclico	0,64	0,92	0,66	0,93	0,78	0,97	0,93	0,82
Materiais básicos	0,74	1,02	0,73	1,00	0,56	1,07	0,59	1,25
Saúde	0,69	1,34	0,48	1,02	0,54	1,06	0,45	0,96
Utilidade pública	0,70	1,72	0,79	1,73	0,84	1,34	0,87	1,33

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que, de modo geral, nos quatro anos e nos setores analisados, a liquidez geral das empresas que compõe o ISE foi inferior ao das empresas que não são consideradas sustentáveis. Dentre eles, destaca-se o setor de consumo cíclico, onde as empresas do ISE apresentavam um índice médio de liquidez geral, expressivamente, menor do que das empresas que não estavam listadas no referido índice (Tabela 1). Uma das explicações para esse fato pode ser a greve dos caminhoneiros, que ocorreu em 2018 e paralisou a circulação de mercadorias e serviços. Além disso, com o início da pandemia, esse setor foi gravemente afetado, visto que compreende as atividades não consideradas como essenciais. Dessa forma, diversas empresas tiverem que suspender suas atividades devido ao processo de *lockdown*, como afirma os estudos de Souza *et al.* (2021).

Já o retorno sobre o ativo (ROA) indica a rentabilidade de algum empreendimento, com base nos ativos da entidade. Esse indicador consiste na capacidade de verificar se a organização tem geração de lucro a partir dos seus ativos. A Tabela 2 apresenta o ROA médio das empresas dos seis setores contemplados na pesquisa.

Tabela 2 - Rentabilidade do Ativo

	2018			2019	2	2020	2021		
	ISE	Não ISE	ISE	Não ISE	ISE	Não ISE	ISE	Não ISE	
Bens industriais	4,87	3,38	4,36	2,62	2,82	4,86	6,49	6,47	
Consumo cíclico	4,69	3,19	4,14	2,67	2,82	-1,37	3,10	2,70	
Consumo não cíclico	3,57	4,92	0,73	5,99	0,86	7,10	5,27	7,00	
Materiais básicos	0,63	5,05	2,06	2,01	-6,77	5,28	7,68	19,17	
Saúde	8,48	6,15	6,13	4,84	4,65	3,85	5,79	3,73	
Utilidade pública	4,03	6,48	5,80	6,30	6,04	6,94	5,27	8,42	

Fonte: Dados da pesquisa

Dentre as empresas listadas no ISE, pode-se perceber que grande parte dos setores apresentaram redução de 2018 para 2019. No entanto, as empresas pertencentes ao setor de utilidade pública apresentaram crescimento da rentabilidade nos anos de 2018 até 2020. Já o

setor de bens industriais, que é composto de entidades que desenvolvem atividades de construção pesada, material rodoviário, máquinas e equipamentos de construção, no ano de 2019 para 2020 percebe-se forte redução da rentabilidade. Devido a pandemia, um dos fatores que podem ter levado a essa redução é o momento de incerteza, reduzindo investimentos e também a procura por esses serviços (Tabela 2).

Já as empresas que não estão listadas no ISE, analisando o cenário pré-crise, 2019, e já durante a crise sanitária, 2020, apresentaram crescimento nos setores de Bens Industriais, Consumo Não Cíclico, Materiais Básicas e Utilidade Pública. Pode-se destacar o setor de materiais básicos, responsável pela produção insumos, que teve um grande crescimento de 2019 até 2021 (Tabela 2).

O nível de endividamento tem como função demonstrar quanto dos recursos das empresas são provenientes de terceiros. Esse índice é utilizado por investidores, auxiliando na verificação da saúde financeira de empresas, influenciando na decisão de potencial ou não de investimento sobre uma organização. A Tabela 3 evidencia o nível de endividamento médio das empresas de cada setor.

Tabela 3 - Nível de Endividamento

	2018		2	2019	2	2020	2021		
	ISE	ISE Não ISE		ISE Não ISE		ISE Não ISE		Não ISE	
Bens industriais	72,00	55,05	71,33	56,15	71,67	56,85	68,67	57,55	
Consumo cíclico	64,00	51,05	63,00	52,57	64,75	55,27	67,50	58,54	
Consumo não cíclico	83,00	58,78	84,00	60,00	68,50	59,63	64,75	54,33	
Materiais básicos	78,00	55,07	81,00	55,50	88,00	55,57	85,00	50,38	
Saúde	55,00	45,54	65,00	51,92	68,00	54,38	69,00	56,92	
Utilidade pública	73,43	58,65	69,00	62,00	69,50	64,11	66,57	64,35	

Fonte: Dados da pesquisa

De modo geral, percebe-se que os empresas pertencentes ao ISE tiveram um aumento no seu nível de endividamento, analisando o cenário pré-pandêmico, 2019, e em 2020, já com a pandemia de COVID em circulação. Desses setores, destaca-se o de materiais básicos, que é composto por entidades que atuam nos setores de embalagens, material diverso, madeira e papel, que teve aumento no nível de endividamento. Pode-se conjecturar que esse setor demandou mais capital de terceiros para continuidade dos negócios. Por outro lado, o setor de consumo não cíclico teve grande redução no uso de recursos de terceiros (Tabela 3).

Já os setores das empresas que não estão listadas no ISE apresentaram variações nos anos analisados, desde o período anterior ao da pandemia até no momento de crise do corona vírus, em 2020 e 2021. Porém, percebe-se que as variações foram menores do que as ocorridas com as empresas listadas no ISE (Tabela 3).

O valor de mercado consiste em definir quanto uma empresa ou até mesmo um produto está valendo para o mercado, de acordo com a lei de oferta e demanda. Como as empresas analisadas estão presentes na B3, ter informações desses dados auxilia na realização de bons investimentos. A Tabela 4 apresenta o valor de mercado das entidades dos seis setores.

Tabela 4 – Valor de Mercado em milhares de R\$

	20	18	20	19	20	20	2021		
	ISE	Não ISE	ISE	Não ISE ISE		Não ISE	ISE	Não ISE	
Bens industriais	21.542,63	3.099,63	40.037,07	4.156,78	64.517,50	3.449,76	55.629,40	3.972,44	
Consumo cíclico	18.368,82	4.127,75	29.018,02	7.579,78	23.034,64	9.629,08	15.994,54	5.224,51	
Consumo não cíclico	19.382,72	38.719,68	33.475,03	51.411,43	44.990,51	46.785,33	19.100,51	61.857,53	
Materiais básicos	17.945,11	26.668,04	20.098,36	30.107,25	28.948,08	47.499,79	54.929,16	39.670,81	
Saúde	6.252,72	6.630,69	9.670,21	12.033,31	8.569,83	14.127,88	5.702,27	10.577,15	
Utilidade pública	13.508,46	7.824,02	24.463,66	11.447,77	24.986,86	11.851,58	23.819,94	9.939,83	

Fonte: Dados da pesquisa

É possível observar que, mesmo durante a crise de corona vírus, nos períodos de 2019 para 2020, ocorreu crescimento no valor de mercado médio das empresas. Um setor que teve aumento expressivo foi o de bens industriais. Porém, vale destacar que as empresas listadas no ISE possuem um valor de mercado superior aos das outras organizações, mesmo em períodos onde não havia a crise pandêmica. Por outro lado, as empresas não listadas no ISE também apresentaram crescimento, porém de uma forma mais contida. Pode-se destacar o setor de consumo não cíclico, que teve aumento no seu valor de mercado, após durante a crise de corona vírus, em 2021 (Tabela 4).

A Tabela 5 apresenta a comparação das médias entre os indicadores médios antes da pandemia de COVID-19 e durante a crise sanitária.

Tabela 5 - Comparação da média de pré-crise com crise

		Pré-crise	Crise	Teste de Mann-Whitney
	Liquidez geral	1,09	1,10	0,827
Dana industriais	ROA	3,21	1,09 1,10 0,827 3,21 5,53 0,083 7,70 58,89 0,690 7,171,03 R\$ 11.062,71 0,386 1,77 1,56 0,162 3,03 0,87 0,081 2,59 57,72 0,037 7,043,07 R\$ 8.501,27 0,879 0,90 0,90 0,883 5,13 6,08 0,620 1,80 59,95 0,738 3,201,88 R\$ 45.590,54 0,583	0,083
Dens maustrais	Nível de endividamento	57,70	58,89	0,690
	Valor de mercado	reado R\$ 7.171,03 R\$ 11.062,71 ral 1,77 1,56 3,03 0,87 lividamento 52,59 57,72 reado R\$ 7.043,07 R\$ 8.501,27	0,386	
	Liquidez geral	1,77	1,56	0,162
ROA 3,21 5,5 Nível de endividamento 57,70 58,8 Valor de mercado R\$ 7.171,03 R\$ 11.0 Consumo cíclico ROA 3,03 0,8 Nível de endividamento 52,59 57,7 Valor de mercado R\$ 7.043,07 R\$ 8.5 Consumo não ROA 5,13 6,0 cíclico Nível de endividamento 61,80 59,5	0,87	0,081		
Consumo cienco	Nível de endividamento	52,59	57,72	0,037
	Valor de mercado	R\$ 7.043,07	R\$ 8.501,27	0,879
	Liquidez geral	0,90	0,90	0,883
Consumo não	Liquidez geral 1,09 1,10 3,21 5,53 Nível de endividamento Valor de mercado R\$ 7.171,03 R\$ 11.062,71 Liquidez geral 1,77 1,56 ROA 3,03 0,87 Nível de endividamento 52,59 57,72 Valor de mercado R\$ 7.043,07 R\$ 8.501,27 Liquidez geral 0,90 0,90 Liquidez geral 0,90 0,90 Nível de endividamento 51,13 6,08 Nível de endividamento 61,80 59,95 Valor de mercado R\$ 43.201,88 R\$ 45.590,54	0,620		
cíclico	Nível de endividamento	61,80	59,95	0,738
	Valor de mercado R\$ 7.171,03 R\$ 11.062,71 0,386 Liquidez geral 1,77 1,56 0,162 ROA 3,03 0,87 0,081 Nível de endividamento 52,59 57,72 0,037 Valor de mercado R\$ 7.043,07 R\$ 8.501,27 0,879 Liquidez geral 0,90 0,90 0,883 Nível de endividamento 51,3 6,08 0,620 Nível de endividamento 61,80 59,95 0,738 Valor de mercado R\$ 43.201,88 R\$ 45.590,54 0,583	0,583		
Materiais básicos	_Liquidez geral	0,99	1,10	0,198

	ROA	3,38	11,06	0,000
	Nível de endividamento	0,57	0,56	0,871
	Valor de mercado	R\$ 27.763,25	R\$ 43.984,13	0,287
	Liquidez geral	1,14	0,97	0,390
Saúde	ROA	5,62	3,89	0,258
Saude	Nível de endividamento	49,54	56,57	0,054
	Valor de mercado	R\$ 9.234,10	R\$ 11.979,91	0,819
	Liquidez geral	1,53	1,24	0,236
Hilidada máhlias	ROA	vidamento 0,57 0,56 cado R\$ 27.763,25 R\$ 43.984,13 nl 1,14 0,97 5,62 3,89 vidamento 49,54 56,57 cado R\$ 9.234,10 R\$ 11.979,91 nl 1,53 1,24 6,09 7,27 vidamento 62,53 64,95	0,131	
Utilidade pública	Nível de endividamento	62,53	64,95	0,457
	Valor de mercado	R\$ 11.422,05	0,56 0,871 R\$ 43.984,13 0,287 0,97 0,390 3,89 0,258 56,57 0,054 R\$ 11.979,91 0,819 1,24 0,236 7,27 0,131 64,95 0,457	0,194

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao setor de Bens industriais, nota-se que as médias dos indicadores de liquidez geral, nível de endividamento e valor de mercado não apresentaram diferenças significativas na comparação do período de pré-crise com o período de crise. A média do ROA das empresas desse setor, por outro lado, aumentou significativamente durante a crise, indo de 3,21 para 5,53, o que aponta que a rentabilidade média das empresas aumentou, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Esse resultado pode indicar que o setor de Bens Industriais não é tão suscetível aos impactos da crise sanitária. Vale ressaltar que esse setor é um dos maiores e mais diversificados da B3, tendo como empresas Kepler Weber, Marcopolo e Trevisa. Dessa forma, de modo geral, o ROA das empresas pertencentes a esse setor aumentou (Tabela 5).

O ROA e o nível de endividamento médio das empresas do setor de Consumo cíclico, por sua vez, apresentaram variações significativas nos indicadores analisados. A obtenção desses resultados pode indicar que as empresas pertencentes a setor foram impactadas pela crise sanitária do corona vírus, visto que o ROA caiu e o nível de endividamento aumentou. Esse setor apresenta empresas, que provavelmente foram afetadas por dificuldade revenda de mercadorias e também de aquisição de matéria-prima para produção, já que de acordo com os protocolos adotados para conter o avanço do vírus foram fechadas por serem consideradas empresas de serviços não essenciais (Tabela 5).

De forma análoga ao que ocorreu no setor de Bens Industriais, apenas o ROA médio das empresas do setor de materiais básicos apresentou diferenças significativas após o início da crise, sendo que a rentabilidade média das empresas desse setor também aumentou durante a pandemia. Novamente, é possível concluir que esse setor não é tão suscetível aos impactos da crise sanitária (Tabela 5).

No que diz respeito ao setor de Saúde, o que se nota é que apenas o nível de endividamento apresentou diferenças significativas, uma vez que, de modo geral, o endividamento médio das entidades dessa área aumentou no decorrer da pandemia. Uma das explicações para isso pode ser a necessidade de captação de recursos de terceiros para o atendimento das demandas desse setor, que foi, significativamente, afetado pelas demandas oriundas da pandemia de COVID-19 (Tabela 5).

Por fim, as médias dos indicadores das empresas dos setores de Consumo não cíclico e de Utilidade Pública não foram significativamente distintas nos períodos pré-crise e durante a crise (Tabela 5).

A Tabela 6, apresentada na sequência, evidencia a comparação dos indicadores médios das empresas listadas no ISE e as empresas que não estão listadas.

Tabela 6 – Comparação da média de ISE x não ISE

		Não ISE	ISE	Teste de Mann- Whitney
	Liquidez geral	1,14	0,81	0,076
Bens industriais	ROA	4,33	4,64	0,685
Dens maustrais	Nível de endividamento	56,40	70,92	0,037
	Valor de mercado	R\$ 3.669,65	R\$ 45.431,65	0,000
	Liquidez geral	1,71	1,12	0,522
Consumo cíclico	ROA	1,81	3,59	0,506
Consumo cicirco	Nível de endividamento	54,33	65,00	0,032
	Valor de mercado	R\$ 6.630,80	R\$ 21.305,51	0,000
	Liquidez geral	0,92	0,82	0,607
Consumo não	ROA	6,16	3,39	0,065
cíclico	Nível de endividamento	58,50	70,38	0,109
	Valor de mercado	R\$ 48.643,99	R\$ 27.405,10	0,293
	Liquidez geral	1,08	0,64	0,011
Materiais	ROA	7,67	2,25	0,206
básicos	Nível de endividamento	54,20	83,40	0,000
	Valor de mercado	R\$ 35.919,48	R\$ 35.369,97	0,029
	Liquidez geral	56,40 70,92 0,03 R\$ 3.669,65 R\$ 45.431,65 0,00 1,71 1,12 0,52 1,81 3,59 0,50 54,33 65,00 0,03 R\$ 6.630,80 R\$ 21.305,51 0,00 0,92 0,82 0,60 6,16 3,39 0,06 58,50 70,38 0,10 R\$ 48.643,99 R\$ 27.405,10 0,29 1,08 0,64 0,01 7,67 2,25 0,20 54,20 83,40 0,00 R\$ 35.919,48 R\$ 35.369,97 0,02 1,09 0,54 0,00 4,64 6,26 0,79 52,19 64,25 0,03 R\$ 10.842,26 R\$ 7.548,76 0,43 1,53 0,80 0,00 7,03 5,24 0,03 62,29 69,65 0,03	0,002	
Saúde	ROA	4,64	6,26	0,794
Saude	Nível de endividamento	Não ISE		
	Valor de mercado	R\$ 10.842,26	R\$ 7.548,76	0,451
	Liquidez geral	1,53	0,80	0,009
Hilidada mública	ROA	7,03	5,24	0,036
Utilidade pública	Nível de endividamento	62,29	69,65	0,031
	Valor de mercado	R\$ 10.291,91	R\$ 21.461,61	0,001

Fonte: Dados da pesquisa

No setor de bens industriais destaca-se que somente o ROA não apresentou resultados significativos, comparando as empresas pertencentes aos ISE e as que não pertencem. Pode-se observar que a liquidez geral foi maior e o nível de endividamento foi menor dentre as empresas

consideradas não sustentáveis quando comparadas as pertencentes ao ISE. Já referente ao valor de mercado, as empresas ISE apresentaram valores bem superiores (Tabela 6).

Já no setor de Consumo Cíclico, observa-se que o nível de endividamento das empresas consideradas não sustentáveis foi menor em comparação as empresas sustentáveis. Como retratado, esse setor sofre grande impacto de questões econômicas, como inflação, taxas de juros e outros fatores que podem ou não aquecer a atividade econômica. Sendo assim, as entidades sustentáveis podem ter sido mais impactadas pela pandemia. Por outro lado, de forma análoga ao setor de bens industriais, o valor de mercado das empresas pertencentes ao ISE foi maior (Tabela 6).

No que diz respeito ao ROA, no setor de Consumo Não Cíclico, as empresas sustentáveis apresentarem rentabilidade menor em comparação as entidades não sustentáveis. Ademais, no setor de Materiais Básicos, as empresas não sustentáveis apresentaram liquidez geral maior, nível de endividamento menor e valor de mercado maior quando comparados aos resultados das entidades pertencentes ao ISE. Vale ressaltar que grande parte desse setor é compostos por empresas atuantes na área de metalurgia e siderurgia, que é uma das atividades base do Brasil, principalmente na produção de aço. Além disso, as empresas que desenvolvem essas atividades não estão classificadas como sustentáveis. Isso pode explicar o motivo de apresentarem resultados melhores do que as empresas que compõe o ISE e estão presentes nesse setor (Tabela 6).

No setor da saúde, nota-se que a liquidez e o nível de endividamento das empresas sem certificação ISE foram superiores aos das empresas consideradas sustentáveis. Grande parte das empresas desse setor intensificaram suas atuações devido à crise sanitária de COVID-19, principalmente em serviços médico-hospitalares, medicamentos, análise e diagnósticos. No setor de Utilidade Pública, por sua vez, todas as variáveis analisadas apresentaram significância, sendo que a Liquidez Geral, ROA e o Nível de Endividamento das empresas sem certificação ISE foram melhores do que os resultados das empresas sustentáveis (Tabela 6).

Por fim, observa-se que, as empresas listadas no ISE foram mais impactadas com a crise sanitária da COVID-19. Pode-se destacar o nível de endividamento, que em quase todos os setores apresentou variações significativas quando comparado aos resultados das empresas não listadas no ISE. Um dos fatores que podem ter alavancado essa variável é a necessidade de continuidade do negócio e a tentativa de estabilidade das atividades, visto as incertezas e as restrições impostas para tentar conter o avanço da doença. Por outro lado, evidencia-se o valor de mercado das empresas que compõe o ISE, já que essas tiveram valores bem superiores quando comparado aos valores de mercado das empresas não sustentáveis (Tabela 6).

A Tabela 7 apresenta o desempenho médio de cada setor antes e durante a crise sanitária oriunda da pandemia de COVID-19. De modo geral, no setor de Bens Industriais, é possível perceber que o valor médio das empresas do ISE foi significativamente superior tanto no período pré-crise quanto durante a crise de COVID-19. Os demais indicadores desse setor, por outro lado, não apresentaram diferenças significativas em nenhum dos dois períodos avaliados na pesquisa.

O valor de mercado médio das empresas do ISE, que atuam no setor de Consumo Cíclico, também foi significativamente superior nos períodos pré-crise e crise. O nível de endividamento das empresas do ISE, por sua vez, foi significativamente maior no período pré-crise, mas, embora também tenha sido maior durante a pandemia, essa diferença não foi significativa (Tabela 7).

Tabela 7 - Comparação da média de ISE vs não ISE antes e durante a crise

				Pr	·é-crise					C	rise		
		N	ão ISE		ISE	N	este de Mann- Thitney	N	ão ISE		ISE	Mann	1-
	Liquidez geral		1,14		0,78	(0,203		1,14		0,85	0,215	5
Bens	ROA		3,00		4,62	(0,836		5,66		4,66	0,691	1
industriais	Nível de endividamento	:	55,60		71,67	(0,141		57,20	,	70,17	0,132	2
	Valor de mercado	R\$	3.628,20	R\$	30.789,85	(0,000	R\$	3.711,10	R\$	60.073,45	0,000	0
	Liquidez geral		1,81		1,24	(0,815		1,61		1,03	0,542	2
Consumo	ROA		2,93		4,42	(0,627	627 0,67			2,96	0,533	3
cíclico	Nível de endividamento	:	51,81		63,50	(0,089		56,90		66,13	0,197	7
	Valor de mercado	R\$	5.853,76	R\$	23.693,42	(0,001	R\$	7.426,80	R\$	19.514,59	0,001	1
	Liquidez geral		0,93		0,65	(0,211		0,91		0,88	1,000)
Consumo	ROA		5,46		2,15	(0,379		7,05		3,80	0,091	1
não cíclico	Nível de endividamento	:	59,39		83,50	(0,095		57,36		66,00	0,397	7
	Valor de mercado	R\$	45.065,55	R\$	26.428,88	(0,516	R\$	53.244,84	R\$	27.730,51	0,547	7
	Liquidez geral		1,01		0,74	(0,662		1,16		0,58	0,003	3
Materiais	ROA		3,53		1,35	(0,372		11,97		2,86	0,253	3
básicos	Nível de endividamento	:	55,29		79,50	(0,074		53,07	:	86,00	0,003	3
	Valor de mercado	R\$	28.387,64	R\$	19.021,74	(0,257	R\$	43.730,28	R\$	46.268,80	0,100)
	Liquidez geral		1,18		0,59	(0,085		1,01		0,50	0,032	0
0.71	ROA		5,49		7,31	(0,825		3,79		5,22	1,000	0
Saúde	Nível de endividamento	4	48,73		60,00	(0,259		55,65		68,50	0,106	0
	Valor de mercado	R\$	9.332,00	R\$	7.961,47	(0,582	R\$	12.352,52	R\$	7.136,05	0,542 0,533 0,197 9 0,001 1,000 0,091 0,397 1 0,547 0,003 0,253 0,003 0 0,100 0,0320 1,0000 0,1060 5 0,6400 0,1230 0,1920 0,5400	0
	Liquidez geral		1,73		0,74	(0,027		1,34		0,86	0,123	0
Utilidade	ROA		6,39		4,85	(0,092		7,67		5,62	0,192	.0
pública	Nível de endividamento	(60,36		71,38	(0,018		64,23	(67,92	0,540	0
	Valor de mercado	R\$	9.670,08	R\$	18.564,70	(0,058	R\$ 1	10.913,74	R\$ 2	24.358,52	0,006	0

Fonte: Dados da pesquisa

Já o setor de Consumo Não Cíclico apresentou níveis de endividamento maiores entre as empresas que pertencem ao ISE, tanto no período pré-crise, que foi significativamente maior, quanto no período de crise propriamente dito. Destaca-se também a rentabilidade no período

de crise, que foi significativamente maior entre as empresas não sustentáveis. O Nível de Endividamento no setor de Materiais Básicos, por sua vez, apresentou valores significativamente maiores nos períodos de pré-crise e de crise, sendo maior entre as empresas que possuem certificação ISE. Os outros indicadores, apesar de apresentarem variações, notase que elas não foram significativas (Tabela 7).

A Liquidez Geral do setor de Saúde apresentou variações significativas tanto no período que antecedeu a crise sanitária quanto no próprio período de crise. Destaca-se que as empresas que não possuem certificação ISE obtiveram melhor liquidez geral. No setor de Utilidade Pública, por exemplo, foi possível verificar que houve variações significativas no período pré-crise em todas as variáveis estudadas. O valor de mercado também apresentou resultados melhores nas empresas sustentáveis. As demais variáveis estudadas apresentaram resultados satisfatórios nas empresas que não possuem a certificação ISE (Tabela 7).

De modo geral, nota-se que os resultados da pesquisa foram mistos, sendo que, em alguns setores os indicadores econômico-financeiro das entidades pertencentes ao ISE foram maiores e em outros os índices dessas empresas foram menores quando comparados com as empresas não listadas no ISE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar os impactos e consequências causados pela crise sanitária decorrente da COVID-19. Para isto, realizou-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e de análise documental, com companhias abertas de seis setores, separando as entidades que estão listadas no ISE das que não compõem a carteira do referido indicador.

De modo geral, percebeu-se que, em na maioria dos setores, as empresas que não possuem certificação ISE apresentaram melhores resultados quando comparadas as empresas que possuem certificação sustentável. Pode-se destacar o setor de Utilidade Pública, em que as empresas não sustentáveis apresentaram indicadores superiores quando comparados com os índices analisados das empresas pertencentes ao ISE.

Esse estudo contribuiu com a evidenciação dos indicadores das entidades antes e durante a pandemia de COVID-19. Além disso, o estudo pôde demonstrar os impactos que a crise sanitária da COVID-19 trouxe para o meio econômico e financeiro, demonstrando as

dificuldades enfrentadas pelas entidades e também pelos investidores na tomada de decisão sobre seus investimentos.

Estre trabalho se limitou por possuir uma amostra pequena. Além disso, se limita também pelos períodos analisados. Outro fator consiste na pesquisa contemplar apenas seis setores, visto que os resultados obtidos para todas empresas que se encontram na B3. Por fim, como pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra, englobando outros setores presentes na B3, principalmente o financeiro, que é pouco utilizado nas pesquisas sobre o tema. Sugere-se também abrangência do período analisado, de modo a verificar como a crise sanitária continuou impactando as entidades e como as empresas estão lidando com a situação. Ademais, sugere-se verificar os indicadores do ano de 2022 de forma que se possa realizar uma comparação com os indicadores antes e após a crise de COVID-19.

6 REFERÊNCIAS

ANDEKINA, R., & Rakhmetova, R. Financial analysis and diagnostics of the company. **Procedia Economics and Finance**, 5, 50-57, 2013.

ANDRADE, R.O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão Ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

AVELAR, Ewerton Alex; FERREIRA, Priscila Oliveira; SILVA, Beatriz Najela Ekaterina Ribeiro da; FERREIRA, Cássia Oliveira. EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 SOBRE A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS BRASILEIRAS. **Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 14, n. 1, p. 131-152, jan. 2021.

AZEVEDO, R.; GHEBREYESUS, T. A. Joint statement. **World Health Organization**, 20 abr. 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/ detail/20-04-2020-joint-statement-by-wto-director-general-roberto-azevêdo-and-who-director-general-tedros-adhanom-ghebreyesus. Acesso em: 15/10/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 106 de 7 de maio de 2020**. 2020a. Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm. Acesso em: 15/10/2021.

BRASIL. Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020. 2020b. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm. Acesso em: 15/10/2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020**. 2020c. Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10350.htm. Acesso em: 15/10/2021.

BRAUN, Julia – VEJA. **Quarentenas e restrições reduzem poluição na Itália, China e em NY**. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/quarentenas-e-restricoes-reduzem-poluicao-na-italia-china-eem-ny/. Acesso em: 10/10/2021.

CALAZANS, Lorena Bezerra Barbosa; SILVA, Glessia. Inovação de Processo Uma Análise em Empresas com Práticas Sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 115-129, ago. 2016.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

EDELMAN TRUST BAROMETER. **Brand Trust and the Coronavirus Pandemic**. 2020. Disponível em: https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2020-03/2020%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Brands%20and%20the%20Coronavirus.pd f. Acesso em: 02/10/2021.

FERNANDES, N. Economic effects of coronavirus outbreak (COVID-19) on the world economy. 2020. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3557504. Acesso em: 13/10/2020.

FIGUEIREDO, Gabriela Negrão; ABREU, Regilane Lacerda; LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Reflexos do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na imagem das empresas: uma análise do consumidor consciente e do marketing ambiental. **Pensamento & Realidade**, v. 24, n. 1, 2009.

HASSAN, T. A., Hollander, S., van Lent, L., & Tahoun, A. **Firm-level exposure to epidemic diseases**: Covid-19, SARS, and H1N1 (No. w26971). National Bureau of Economic Research, 2020.

HE, Hongwei; HARRIS, Lloyd. The impact of Covid-19 pandemic on corporate social responsibility and marketing philosophy. **Journal Of Business Research**, [s.l.], v. 116, p. 176-182, ago. 2020.

HEYDEN, Kim J.; HEYDEN, Thomas. Market reactions to the arrival and containment of COVID-19: an event study. **Finance research letters**, v. 38, p. 101745, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARNER, J. **Three emerging coronaviruses in two decades**: the story of SARS, MERS, and now COVID-19, 2020.

GUPTA, N., Singhai, M., Garg, S., Shah, D. B., Sood, V., & kr Singh, S. The missing pieces in the jigsaw and need for cohesive research amidst COVID 19 global response. **Medical Journal**, Armed Forces India, 76(2), 132-135, 2020.

Instituto Butantan. **Entenda o que é uma pandemia e as diferenças entre surto, epidemia e endemia**. 2020. Disponível em: https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/entenda-o-que-e-uma-pandemia-e-as-diferencas-entre-surto-epidemia-e-endemia>. Acesso em: 02/08/2022.

KIRK, Colleen P.; RIFKIN, Laura S. I'll trade you diamonds for toilet paper: consumer reacting, coping and adapting behaviors in the covid-19 pandemic. **Journal Of Business Research**, [s.l.], v. 117, p. 124-131, set. 2020.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 1-50, 15 maio 2005.

LEE, P. T. W., Lin, C. W., Shin, S. H. A comparative study on financial positions of shipping companies in Taiwan and Korea using entropy and grey relation analysis. **Expert Systems with Applications**, 39, 5649–5657, 2012.

MINAYO, M.C.S.; MIRANDA, A.C. **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós[online].Rio de Janeiro:Editora Fiocruz, 2002.344p. Disponível em: http://books.scielo.org/id/xkvy4>.Acesso em: 08/10/2021.

NASCIMENTO, Roberta Zaninelli do; VIEIRA, Ana Carolina Santana; LIMA, Viviane Vanessa Rodrigues da Silva Santana; TORREZAN, Beatriz Kempe; TORRES, Barbara Vitória dos Santos; MENDONÇA, Katiane da Silva; MORAES, Mariana de Oliveira; TAVARES, Mizael de Barros. Meio ambiente e a sua propagação da covid-19 / environment and its spread of COVID-19. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 6888-6900, 2021. Brazilian Journal of Development. http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n1-465.

NICOLETA-CORNELIA, Bran Stan et al. Accounting and extra-accounting information-valences in meeting the financial analysis. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 62, p. 531-535, 2012.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU: oceanos são pulmões do planeta e maior meio de absorção de carbono**. 2020. Disponível em:

https://nacoesunidas.org/onuoceanos-sao-pulmoes-do-planeta-e-maior-meio-de-absorcao-de-carbono/>. Acesso em: 15/10/2021.

OLIVEIRA, Mayara Santos. **Desempenho econômico-financeiro durante a pandemia de COVID-19**: uma análise comparativa entre companhias brasileiras pertencentes e não pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. 2021.

OLIVEIRA, Thaissa et al. **A Sustentabilidade e a Covid-19 afetam o Desempenho, o Valor e o Risco de Firmas no Brasil?**. Advances in Scientific and Applied Accounting, p. 227-239/240-251, 2021.

PRODONOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. **Novo Hamburgo:** Feevale, v. 2, 2013.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. (2aed.), Brasiliense, 2017.

SALISU, A. A.; VO, X. V. Predicting stock returns in the presence of COVID-19 pandemic: The role of health news. **International Review of Financial Analysis**, v. 71, p. 101-546, 2020.

SARKIS, J., COHEN, M.J., Dewick, P. and Schroder, P, "A brave new world: lessons from the COVID-19 pandemic for transitioning to sustainable supply and production", **Resources, Conservation, and Recycling**, Vol. 159, p. 104894, 2020.

SAUVÉ, L. Viver juntos em nossa Terra: Desafios contemporâneos da educação ambiental. **Revista Contrapontos**, 16 (2), 288-299, 2016.

SEETHARAMAN, Priya. Business models shifts: impact of covid-19. **International Journal Of Information Management**, [S.L.], v. 54, p. 102173, out. 2020.

SERPA, Daniela Abrantes Ferreira; FOURNEAU, Lucelena Ferreira. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, p. 83-103, 2007.

SOUSA, M. A.; NETO, F. A. S.; VASCONCELOS, F. E. S.; AZEVEDO, F. G. P. O Impacto do Covid-19 no Ciclo de Vida das Empresas do Setor de Consumo Cíclico Listadas na B3. In: 18° CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2021, São Paulo. São Paulo, 2021.

SOUZA, Ligia da Paz de. A pandemia da COVID-19 e os reflexos na relação meio ambiente e sociedade. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, [s. l], v. 8, n. 4, p. 68-73, jan. 2020.

YOUNG, R. Gestão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Disponível em:http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3888&Alias=uniethos&Lang=pt B. Acesso em 05/10/2021.

ZAMBRANO-MONSERRATE, Manuel A.; RUANO, María Alejandra; SANCHEZ-ALCALDE, Luis. Indirect effects of COVID-19 on the environment. **Science Of The Total Environment**, [S.L.], v. 728, n. 1, p. 32-55, 1 ago. 2020. Elsevier BV. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048969720323305. Acesso em: 01/10/2021.